

## Sarney convida líderes para definir a pauta

Os líderes partidários foram convidados ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, para reunião na próxima terça-feira. O principal assunto, de acordo com a Secretaria Geral da Mesa, será o agendamento da votação, em primeiro turno, dos cerca de 160 destaques apresentados à reforma do Judiciário. A reunião servirá ainda para definir a agenda durante o período de esforço concentrado que antecede as eleições municipais de 3 de outubro.

Página 4

**INICIATIVA** Sarney (na foto, com alunos do Centro Educacional Sagrada Família, de Brasília) quer votar destaques da reforma do Judiciário



Jane Araújo

## CPI do Banestado pode convocar Maluf, Casseb e Candiota

Comissão analisa na terça-feira 52 requerimentos. Entre eles, os que convocam o ex-governador de São Paulo, o presidente do Banco do Brasil e o ex-diretor do Banco Central

Página 3



Moreira Mariz

Jaq Jones/Divulgação



**HISTÓRIA** A atriz Camila Morgado (E) interpreta Olga, judia e comunista, deportada para a Alemanha e morta em um campo de concentração

### SUPLYCY QUER REPENSAR HOMENAGEM A FILINTO MÜLLER

O senador Eduardo Suplicy sugeriu ao Senado que reconsidere homenagem prestada ao ex-senador Filinto Müller, que teve sua trajetória relacionada à repressão política durante o Estado Novo e o regime militar. Suplicy mencionou projeto de autoria do senador Sérgio Cabral, que solicita a mudança da designação de toda uma ala do Senado, atualmente denominada "Ala Filinto Müller". Suplicy, que enalteceu o filme recém-lançado *Olga*, lembrou que Filinto Müller foi o principal responsável pela prisão e deportação de Olga Benário Prestes, mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes.

Página 7

### Mozarildo sugere investigação de empresas de transporte aéreo

Página 5

**CUIDADO** Presidente da CPI, Antero Paes de Barros diz que não teme a politização dos trabalhos do colegiado



**PREJÚZO** Suspensão dos recursos pelo governo levou ao abandono de atividades, alerta Luiz Otávio

## Luiz Otávio pede retomada imediata de obras no Pará

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) apelou ao presidente da Fundação Nacional da Saúde (Funasa), Valdi Carmarcio Bezerra, pela retomada das obras de abastecimento d'água e saneamento a serem realizadas pelo Projeto Alvorada em 56 municípios do Pará. Segundo reportagem do jornal *O Liberal*, citada pelo senador, apenas uma das cem obras que beneficiariam 1,5 milhão de paraenses foi concluída. Com a suspensão do repasse de recursos pelo governo federal, em 2002, os trabalhos iniciados foram abandonados.

– Com certeza, o presidente Lula não sabe dessa atitude da Funasa e não vai querer punir o Pará ou qualquer outro estado da Federação – observou.

Outra preocupação do parlamentar é com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, cujo edital de licitação teria sido suspenso por pressão de entidades ambientais.

Luiz Otávio recebeu apoio do senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR), que disse não ver bom senso no trato da questão pelo governo.

# Heráclito cobra ajuda a desabrigados no Piauí

■ Senador aponta "inoperância do governo federal e desprezo para com os mais pobres"

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) comunicou ao Plenário ter recebido do ministro da Saúde, Humberto Costa, correspondência informando que não houve nenhuma liberação de recurso emergencial para o Piauí este ano, quando o estado foi atingido por enchentes que deixaram 3 mil casas destruídas e 12 mil danificadas, com milhares de desabrigados. O parlamentar lembrou ontem



**FALHA** Heráclito também reclama do descumprimento da promessa de antecipação dos recursos da Cide

que as enchentes ocorreram há oito meses, mas o governo até agora nada fez.

A documento do ministro respondia a consulta encami-

nhada por Heráclito. Em outro requerimento, apresentado e respondido anteriormente, o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, anunciava a construção de 2,7 mil casas em 83 municípios, o que também não se concretizou. Heráclito reclamou da prometida antecipação de recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) que foi igualmente esquecida.

Conforme o senador, a falta de auxílio governamental para os desabrigados piauienses retrata o "modo petista de governar", que, segundo ele, combina "a inoperância do governo e o desprezo para com os mais pobres".



**"VILÕES"** Quintanilha considera abusiva a fiscalização realizada pelo Ministério do Trabalho

## Fiscais têm intimidado os agricultores, diz Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO) condenou ontem a forma como a fiscalização do Ministério do Trabalho tem realizado diligências em empresas rurais. Ele afirmou que o Brasil precisa crescer, ampliar riquezas e gerar empregos, acrescentando que a atividade agropecuária tem sido o grande propulsor da economia.

De acordo com o parlamentar, não bastasse a tradicional falta de apoio ao homem do campo, o segmento rural depara-se agora com tratamento preconceituoso, dispensado pela atividade de fiscalização, que trata os produtores rurais como vilões ecológicos.

– Com as atenções do mundo voltadas para a questão ambiental e os olhos do planeta fixados na Amazônia, tem sido cada vez mais comum classificar os produtores rurais como uma ameaça ao desenvolvimento sustentado – afirmou.

### Trabalho escravo

Reconhecendo que o trabalho escravo é prática condenável, que merece repúdio da sociedade, o senador lembrou a aprovação de lei definindo as hipóteses em que se configura esse crime, observando ainda que tramitam no Senado projetos agravando as sanções impostas aos condenados. Mas ele considerou inaceitáveis as situações interpretadas pelos fiscais como trabalho escravo.

– A pretexto de se fazer cumprir a lei, abusos têm sido cometidos. Fiscais do Ministério do Trabalho têm realizado diligências de maneira intimidatória, com efetivo policial exibindo armamento pesado e com a presença da imprensa. Os senadores Gerson Camata (PMDB-ES) e Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) fizeram apertes para apoiar o discurso de Quintanilha.

## Agenda

### MPs trancam a pauta da próxima semana

O Plenário realiza hoje, a partir das 9h, sessão não deliberativa, sem a votação de proposições. Na próxima semana, os senadores começam a analisar medidas provisórias e projetos de conversão que trancam a pauta de votações da Casa. A primeira MP a ser examinada (MP 184/04) concede crédito aos Ministérios da Justiça, dos Transportes e da Defesa.



José Cruz

### CPI do Banestado pode convocar Maluf e Casseb

Na terça-feira, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado, que investiga irregularidades no envio de dólares ao exterior, realiza a primeira reunião do segundo semestre. O colegiado vai analisar requerimentos solicitando audiências públicas e poderá convocar o ex-prefeito Paulo Maluf, de São Paulo, e o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb.

### Música de câmara

O programa *Espaço Cultural*, que vai ao ar pela TV Senado, amanhã, às 21h30, traz um concerto de música de câmara com as pianistas Elza Gushikem e Patrícia Vanzella, acompanhadas dos músicos Marco Vidal e Carlos Tort na percussão.

### Belezas do Amapá em fotos

Na próxima quarta-feira, o fotógrafo Daniel de Andrade lança o livro *Amapá*, que mostra as belezas do estado. O evento é uma iniciativa do senador João Capiberibe (PSB-AP) e será realizado no hall da biblioteca do Senado, às 18h30.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**PAPÉIS** Alvaro: oposição deve fazer denúncias, enquanto o governo tem que prestar esclarecimentos

## Para Alvaro, críticas de Lula demonstram autoritarismo

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) classificou como autoritarismo as críticas dirigidas pelo presidente Lula à oposição diante das denúncias de suposta sonegação fiscal por parte do presidente do Banco Central, Henrique Meirelles. O presidente teria dito que a oposição não se conforma com o crescimento econômico.

De acordo com o senador, a oposição cumpre seu papel de fazer denúncias e o governo deve cumprir seu dever de oferecer os esclarecimentos necessários à nação. O senador lembrou que as denúncias contra Henrique Meirelles foram divulgadas pela imprensa.

Para Alvaro Dias, o governo não tem o direito de agredir a oposição, “simplesmente porque pairam dúvidas sobre o presidente do Banco Central”.

– De forma orquestrada, o presidente e vários ministros tentam caracterizar a oposição como uma legião a serviço de interesses subalternos – avaliou o senador, acrescentando que Lula quer dar a impressão de que os opositoristas criam uma agenda negativa para o país. Essa postura da equipe governamental revela, conforme o senador, uma falta de aptidão do governo do PT para conviver com a democracia.

Alvaro Dias exortou os opositoristas a não aceitar o autoritarismo do governo, nem “a discriminação a cidades governadas pela oposição no que diz respeito à distribuição de recursos federais”.

– As cidades administradas por partidos aliados do presidente estão recebendo para investimentos, em média, valores superiores a quatro vezes o que é destinado aos municípios governados pela oposição – disse Alvaro.

# CPI decide se convoca Maluf, Casseb e Candiota

■ Comissão Mista de Inquérito do Banestado examina 52 requerimentos em reunião na terça-feira

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Banestado, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), anunciou reunião da CPI para a próxima terça-feira, a partir das 13h. Há 52 requerimentos para votação, entre eles um que pretende convocar Luiz Augusto de Oliveira Candiota, ex-diretor de Política Monetária do Banco Central, e outro que pede o comparecimento à comissão do presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, ambos apresentados pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM). Há também requerimento para convocar Paulo Maluf, ex-governador de São Paulo.

A pauta será a mesma de junho, mas Antero informou que deverá apresentar como tema extra na reunião uma carta rogatória para que seja ouvido, no Uruguai, o empresário João Arcanjo Ribeiro, atendendo a pedido do relator, deputado José Mentor (PT-SP). Antero disse já ter feito várias solicitações que não foram aceitas pelo governo uruguaio. O senador afirmou que apresentará o pedido mais uma vez, embora tenham surgido notícias de que Arcanjo será extraditado no final do mês para o Brasil, o que permitirá, então, que ele seja



**AGENDA** Integrantes da CPI analisam extensa pauta, que inclui carta rogatória para que seja ouvido no Uruguai o empresário João Arcanjo Ribeiro

ouvido pela CPI em Cuiabá.

Antero manifestou-se a favor de iniciativas como a do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) de tentar uma conciliação entre ele e o relator da comissão. Mentor também concordou com a volta do entendimento e culpou o PSDB pela politização dos trabalhos da comissão. Successivas reuniões da CPI foram adiadas por falta de concordância entre o relator e o presidente da comissão. O PSDB sustenta que Mentor quer adiar a convocação de Maluf, enquanto o relator tem insistido em convocar novamente o ex-presidente do Banco Central Gustavo Franco.

– É evidente que é bom para o país o entendimento de que prosperem as investigações, que a CPI retome seu objetivo inicial, que haja o cuidado de que nenhuma culpa seja imputada nas costas de um inocente e de que não seja poupado nenhum culpado. E que as pessoas mais ou menos impor-

tantes possam ser investigadas – declarou Antero.

Antero assinalou que o requerimento para convocar Gustavo Franco já está aprovado. Ele ressaltou, entretanto, que há divergências sobre o tema. Segundo o presidente, não se trata de evasão de divisas, objeto de investigação da CPI. Gustavo Franco está sendo convocado para abordar a questão da aplicação de divisas do país, explicou o senador.

– Esse requerimento já está aprovado, o que falta aprovar agora são os requerimentos do Candiota, do Casseb, do Beny Parnes (ex-diretor da Área Internacional do Banco do Brasil), do Paulo Maluf, do presidente do BankBoston, Geraldo Carbone, e de algumas pessoas físicas e jurídicas.

Antero observou não temer a politização dos trabalhos da comissão com a convocação dessas pessoas e lembrou que os requerimentos estão na CPI desde setembro passado.

## Antero desconhece origem de denúncia

O senador Antero Paes de Barros negou ontem que as novas informações divulgadas pelo *site* da revista *Veja* sobre conta bancária no exterior e movimentação de dólares não declaradas pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, tenham saído da CPI do Banestado. Segundo a revista, Meirelles enviou, por meio de uma conta de doleiros investigados pela CPI por lavagem de dinheiro, US\$ 55.677,12 sacados de uma conta pessoal não declarada à Receita Federal.

– O presidente do Banco Central não pode mentir. Não pode haver diferença entre as

declarações de renda e de patrimônio – assinalou.

Antero disse que a CPI não está investigando Meirelles, que não tem cópia da sua declaração de Imposto de Renda e que já ordenou à assessoria da comissão o cruzamento das informações da *Veja* com o banco de dados da CPI. Ele explicou que a CPI recebeu 32 caixas com 85 mil cópias de documentos do MTB Bank, que está sendo investigado pela Justiça norte-americana por lavagem de dinheiro, mas informou que elas ainda não foram autuadas. O senador disse que se recusou a assinar um documento de re-

cebimento das 32 caixas e quer assinar um para cada caixa, após verificação do conteúdo de cada uma.

– Nós temos apenas as informações em disquetes. Ainda não sabemos o que está dentro das caixas. Torço para que essas informações não batam com as da nossa base de dados. Mas o que já foi divulgado é motivo suficiente para o governo tomar providências.

O senador afirmou ainda que até segunda-feira a assessoria da comissão já terá o resultado do cruzamento das informações da *Veja* com o banco de dados da CPI do Banestado.

## Suassuna: casos do BB e do BC deverão ser superados

O presidente da Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), acredita que os presidentes do Banco do Brasil (BB), Cássio Casseb, e do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, terão a oportunidade, na comissão, de prestar as informações que os senadores desejam sobre as acusações publicadas na imprensa. Suassuna prevê que os parlamentares ficarão satisfeitos com os esclarecimentos, como em outros casos já analisados pela CFC.

O senador comparou os casos envolvendo os presidentes do BC e do BB às denúncias de irregularidades no contrato entre a empresa G-Tech e a Caixa Econômica Federal (CEF). Na ocasião, o presidente da CEF, Jorge Matoso, compareceu à comissão e esclareceu fatos envolvendo a disputa jurídica com a empresa da área de equipamentos para loterias.

Sobre as denúncias de sonegação fiscal contra Meirelles, Suassuna disse não entender como, em uma operação de transferência de um imóvel da pessoa jurídica para a pessoa física, o presidente do Banco Central estaria tentando iludir o fisco.

O senador, que participou de reunião no Palácio do Planalto, ontem pela manhã, para definir a pauta do Congresso na próxima semana, considera que a oposição criou um problema, a partir das denúncias contra os presidentes do BB e do BC, que para ele seria suficiente para interromper as votações no Congresso.

– As tentativas de obstrução são coisa natural num regime democrático. Temos é que tentar ver se, no voto ou na negociação, o governo consegue superar esses obstáculos – observou Suassuna.



**DIREITO** Suassuna considera natural tentativa da oposição de obstruir votações no Congresso

# Sarney convoca reunião com lideranças

■ Presidente do Senado quer agendar votação dos 160 destaques apresentados à reforma do Judiciário

O presidente do Senado, José Sarney, convocou para a próxima terça-feira reunião com todas as lideranças partidárias. O principal assunto, de acordo com informação da Secretaria Geral da Mesa, será o agendamento da votação, em primeiro turno, dos cerca de 160 destaques apresentados à proposta de emenda à Constituição (PEC) que promove a reforma do Judiciário.

A reunião, marcada para as 10h, servirá ainda para que seja definida a agenda do Senado durante o período de esforço concentrado que antecede as eleições municipais de 3 de outubro. Também está na pauta da reunião a votação do projeto



MERCOSUL O presidente do Senado, José Sarney, recebe a visita do embaixador brasileiro na Argentina, Mauro Vieira

que institui as parcerias público-privadas (PPPs) e da Lei de Biossegurança.

## Diplomacia

O presidente do Senado recebeu na tarde de ontem o diplomata Mauro Vieira, embaixador brasileiro na Argentina, que veio agradecer a aprovação do Senado à mensagem presidencial indicando seu nome para

o posto, que ele assumiu há dois meses. Eles conversaram sobre o fortalecimento das relações entre Brasil e Argentina e, principalmente, sobre o fortalecimento do Mercosul, que ganhou seu impulso inicial no governo Sarney.

Mauro Vieira definiu o Mercosul como uma aliança estratégica, relançada com muita

ênfase pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Nestor Kirchner.

## Desenvolvimento regional

Os cinco municípios que cederam parte de seus territórios para a criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, no Amapá, poderão contar com um plano especial de desenvolvimento regional. A

criação do plano está prevista no Projeto de Lei 107/04, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP), que se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Os programas prioritários para a execução do plano de desenvolvimento, segundo o projeto, serão financiados com recursos orçamentários da União, do estado e dos municípios envolvidos. Além disso, os juros cobrados em empréstimos de instituições oficiais de crédito e destinados a programas e empreendimentos ecologicamente sustentáveis na região receberão desconto de 50% em relação ao valor normalmente cobrado pela instituição financeira.

– É necessário instituir para os cinco municípios Plano de Desenvolvimento Regional que promova o fortalecimento das economias municipais, viabilizando a preservação do parque – sustenta o senador José Sarney.

## Projeto de Cristovam coíbe parcelamento ilegal de terras

Preocupado com o parcelamento ilegal de terras para fins urbanos, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou projeto conferindo conteúdo prático ao conceito de “justa indenização”, a fim de desestimular esse crime. A proposta proíbe que se considerem loteadas terras utilizadas criminosamente em loteamentos. E determina que se subtraia da verba indenizatória os gastos realizados pelo governo na reparação dos danos ambientais e urbanísticos causados.

O projeto, que será votado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, inclui no rol dos bens considerados de



INICIATIVA Para Cristovam, as desapropriações ficarão por conta do poder municipal

utilidade pública a preservação ambiental e a proteção do ordenamento urbanístico e territorial, e reserva a iniciativa das desapropriações ao poder municipal.

## Idoso pode ter prioridade garantida na devolução do Imposto de Renda

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) votará em caráter terminativo proposição do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que dá prioridade aos maiores de 60 anos para o recebimento da restituição do Imposto de Renda (IR). O projeto de lei (PLS 26/04), segundo o autor, atende a um dos princípios do Estatuto do Idoso que exige a viabilização de medidas com o intuito de assegurar “tratamento privilegiado a quem tem mais urgência em obter recursos para a sua manutenção”.

A proposta de Sérgio Cabral foi anterior à Instrução Normativa 418 da Receita Federal, assinada em 23 de abril último e publicada três dias depois



DIREITO Cabral quer tratamento diferenciado para quem tem mais urgência em obter recursos

na edição do *Diário Oficial da União*, que conferiu prioridade aos idosos na restituição do IR deste ano. A iniciativa dá força

de lei e permanência à decisão. O projeto está na fase de recebimento de emendas na CAS.

A instrução normativa estabeleceu critérios de pagamento para os sete lotes de devolução previstos pela Receita Federal, levando em conta o meio utilizado pelo contribuinte.

Os idosos que declararam pela Internet receberão primeiro, seguidos por aqueles que optaram pelo disquete.

Quem optou em fazer a declaração pelo telefone entra em terceiro lugar nessa lista preferencial, ficando em último os que enviaram a declaração em papel. As liberações que começaram em junho irão até 15 de dezembro.



CONDIÇÕES Sibá: as duas Casas do Congresso deverão aprovar o resultado do plebiscito

## Sibá Machado apresenta regras para criação de estados

O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou projeto de lei complementar regulamentando artigos da Constituição que tratam de criação, desmembramento e incorporação de estados. A proposta prevê plebiscito da população diretamente interessada, bem como audiência das respectivas assembleias legislativas.

A proposta que tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) também estabelece regras para a criação de território federal – que se dará por desmembramento de estado ou território preexistente – bem como para reintegração de território federal ao estado de origem.

Pelo projeto, depois de apro-

vada a realização do plebiscito, o presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, que dispõe de prazo máximo de seis meses para realizar a consulta popular.

Se o plebiscito for favorável à criação, incorporação ou desmembramento do estado, será elaborado um projeto de lei a ser submetido à aprovação das

duas Casas do Congresso.

Os primeiros governador, vice-governador, senadores, deputados estaduais e federais do novo estado serão eleitos nas primeiras eleições gerais estaduais e federais que se realizarem após sua criação. Até a aprovação de sua Constituição, vigorará a Constituição vigente no estado de origem.



**PROTEÇÃO** Azeredo sugere seis meses de benefício ao trabalhador que portar deficiência física

## Azeredo propõe ampliar seguro-desemprego para deficientes

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) apresentou projeto de lei estendendo de quatro para seis meses o período máximo para recebimento do seguro-desemprego por parte dos trabalhadores portadores de deficiência física. Em sua justificativa, o senador argumenta que o atual quadro de desemprego no país tem maior gravidade no caso do trabalhador que, além de perder seu emprego, é portador de deficiência física. Essa pessoa, afirma Azeredo, tem ainda mais dificuldade em se recolocar no mercado, permanecendo muito tempo desempregado.

Para o parlamentar, a extensão do benefício não causará desequilíbrio no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), responsável pelo custeio do Programa de Seguro-Desemprego, por ser relativamente reduzido o número de trabalhadores deficientes físicos. Para cada um deles, no entanto, o benefício representará ajuda substancial, explica Azeredo.

A proposta tramita na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), em caráter terminativo, e só será examinada pelo Plenário do Senado caso haja recurso por mais de oito senadores.

# Mozarildo quer investigar ação de companhias aéreas

■ Senador sugere ainda a criação de agência reguladora para o setor, como forma de acabar com privilégios

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) comunicou ao Plenário que pretende solicitar às comissões do Senado que investiguem a forma de atuação das empresas de transporte aéreo de passageiros no país, por entender que pelo menos duas delas (Varig e TAM) agiram em cartel ao firmar acordo de operação conjunta – acordo já rompido. Para ele, há privilégios no setor, e o caminho talvez seja a criação de uma agência reguladora do transporte aéreo, como já existe no transporte terrestre, na energia e no petróleo.

Conforme o senador, o transporte aéreo no país não tem transparência. Ele disse não entender por que o Departamento de Aviação Civil (DAC) impediu que a Gol continuasse com sua promoção de tarifas reduzidas, em maio passado. Mozarildo



**CRÍTICA** De acordo com Mozarildo, falta transparência na gestão do transporte aéreo no país

considerou ainda inexplicável que o DAC tenha suspenso por 20 dias todos os vôos de empresas regionais da Amazônia, depois que um segundo avião da Rico caiu na selva. No entanto, nada aconteceu com a TAM, que também registrou dois acidentes seguidos.

Mozarildo leu trechos de nota técnica assinada pelo consultor legislativo do Senado Victor Carvalho Pinto, que fez estudo sobre a aviação civil e sua relação com o DAC, a pedido do próprio parlamentar,

motivado por reportagem do jornal *Correio Braziliense*, que apontou falta de transparência no setor. O consultor concluiu que, “lamentavelmente, o DAC executa muito mal a sua verdadeira competência legal, de regulação do mercado da aviação civil”.

– Em vez de trabalhar no sentido de reduzir as barreiras à entrada de novas empresas, o DAC promove, deliberadamente ou não, exatamente o contrário. Restringe a aquisição de aeronaves, condiciona a criação de empresas à manutenção da saúde financeira das empresas existentes e proíbe a comercialização de passagens a preços promocionais – conclui o estudo, lido pelo parlamentar.

Ainda referindo-se ao trabalho, Mozarildo ressaltou que a atuação do Departamento de Aviação Civil não é transparente, as concessões aéreas não obedecem à exigência constitucional de prévia licitação e as normas editadas pelo DAC não são submetidas a consulta pública.

## Senador condena reserva em área contínua

Mozarildo Cavalcanti leu documento da Conferência da Maçonaria Simbólica do Brasil que alerta para o risco de a homologação em área contínua da reserva Raposa/Serra do Sol, em Roraima, criar uma nação indígena reconhecida internacionalmente dentro do território brasileiro. Os maçons e o senador temem que a partir dessa decisão possa ocorrer um processo que termine na desnacionalização da própria Amazônia.

Reunidos em Manaus entre os dias 2 e 6 de julho, representantes de 27 lojas maçônicas

brasileiras opinaram que a região amazônica não pode continuar sendo vista como espaço aberto para a implantação de programas desenvolvimentistas que ignorem as necessidades e os interesses regionais, nem como uma enorme reserva ecológico-indígena a ser mantida intocável.

Dados levantados pela maçonaria, informou Mozarildo, que também é maçom, mostram que os cerca de 400 mil índios, que vivem em 554 reservas no país, representam 0,24% da população brasileira e detêm 12% do território nacional.

Se a Raposa/Serra do Sol for demarcada em área contínua, acrescentou, 11 mil índios ocuparão área de 1,6 milhão de hectares. Ele mencionou que atualmente 47% do território de Roraima já são considerados terra indígena.

Em aparte, o senador Edison Lobão (PFL-MA) comentou que ninguém é contra os interesses dos índios, mas ele lamenta que, a pretexto de proteger a população indígena, o país esteja entregando parcela considerável do seu território para tão poucos índios, em detrimento dos demais brasileiros.



**EXAME** Proposta de autoria de Paulo Paim será votada pelos senadores da Comissão de Assuntos Sociais

## Projeto favorece empregado nas reclamações trabalhistas

Está pronto para ser votado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o substitutivo do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que condiciona a renúncia de direitos por parte do empregado, nas Comissões de Conciliação Prévia, à homologação de acordo pelo sindicato de sua categoria profissional. O parecer de Hélio Costa, favorável ao texto de iniciativa do senador Paulo Paim (PT-RS), acrescenta no substitutivo que o sindicato poderá consignar ressalvas na hora de homologar o acordo. O relator suprimiu do projeto (PLS 24/03) a exigência colocada por Paim que submete essa decisão do trabalhador à anuência expressa de seu advogado.

Hélio Costa avaliou que não seria “lícito” que a solução do conflito fosse decidida pelo advogado, “sem o consentimento ou a livre manifestação de vontade do reclamante”. O parlamentar argumentou que não é recomendável o estabelecimento da presença obrigatória de um advogado nas reclamações propostas perante essas comissões, até porque é prerrogativa legal tanto do empregado quanto do empregador requerer pessoalmente os seus direitos.

## Executiva da Brasil Telecom se dispõe a esclarecer denúncias

A presidente da Brasil Telecom S.A, Carla Cico, se prontificou a comparecer às Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) do Senado “para prestar esclarecimentos, diante do noticiário divulgado nos veículos de comunicação do país” envolvendo a empresa que ela

dirige. A comunicação foi feita por meio de correspondência enviada ao presidente do Senado, José Sarney, e lida em Plenário pelo 1º secretário da Mesa na quarta-feira.

De acordo com o noticiário a que a executiva se refere, a *Folha de S.Paulo*, por exemplo, em sua edição de 26 de julho,

publicou matéria segundo a qual “uma gravação feita pela Telecom Itália em circunstâncias confusas atribuí ao banqueiro Daniel Dantas, do banco Opportunity, e à executiva Carla Cico, presidente da Brasil Telecom, ordens para violações de sigilo telefônico”.

Um ex-funcionário da em-

presa norte-americana de investigações Kroll, o português Tiago Verdial, teve gravada uma entrevista que fez para buscar emprego na Telecom Itália, justamente a empresa que espionava sob ordens da diretoria da Brasil Telecom, controlada pelo banco Opportunity.

Dantas negou que tivesse pe-

dido à Kroll a violação de sigilo telefônico. Verdial foi preso no dia 24 de julho pela Polícia Federal, no Rio, acusado de monitoramento ilegal e de corrupção. Carla Cico admitiu à reportagem da *Folha* ter contactado a Kroll para “investigar ilícitos de Telecom Itália, para fins exclusivamente judiciais”.



**INTEGRAÇÃO** "Foi um dos maiores processos civilizatórios modernos de que se tem notícia", disse Tuma

## Tuma propõe Dia Nacional da Comunidade Árabe

Está na Comissão de Educação, para decisão terminativa, projeto de iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que institui 25 de março como Dia Nacional da Comunidade Árabe, passando a integrar o calendário oficial brasileiro. O relator da proposta, senador

João Ribeiro (PFL-TO), já elaborou voto favorável à aprovação da matéria.

"A contribuição da cultura árabe para a nação brasileira representa um dos maiores processos civilizatórios modernos de que se tem notícia. Dos confins da Amazônia aos

rincões do extremo sul, a presença do elemento árabe, sírio, libanês ou turco, como é em geral denominado, marca indelevelmente a formação brasileira nos últimos cem anos", justifica Romeu Tuma.

Segundo o senador, até 1920 mais de 58 mil imigrantes ára-

bes tinham entrado no Brasil, sendo que 40% se radicaram no estado de São Paulo. Ele explica que a escolha da data 25 de março foi devido ao fato de, na década de 30, os árabes terem desenvolvido um rico comércio na região da Rua 25 de Março, na capital paulista.

### Alberto Silva quer garantir recursos para saúde bucal

Para garantir assistência odontológica aos brasileiros, como determina a Constituição, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) apresentou projeto de lei determinando que, no mínimo, 10% dos recursos destinados a ações e serviços públicos de saúde sejam aplicados em assistência odontológica. A obrigação abrange os governos federal, estaduais e municipais. Pelo projeto, a rede municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) deverá contar com uma equipe de saúde bucal e um consultório odontológico para cada dois mil habitantes. A proposta dá prazo de um ano, depois da publicação da nova lei, para implementação dos novos serviços.

O senador argumenta que estudo realizado em 2003 pela Coordenação Nacional de Saúde Bucal mostrou dados preocupantes: apenas 35% das crianças entre cinco e seis anos de idade estão livres das cáries na região Norte e 44,9% na região Sudeste. A Organização Mundial da Saúde havia estipulado, para 2000, meta de 50% das crianças livres de cáries.

Alberto Silva afirma que, entre a população mais idosa, os índices são também precários. Na região Norte, somente 8,5% dos habitantes na faixa etária de 65 a 74 anos possuem 20 ou mais dentes na boca. O Brasil possui 40 milhões de desdentados, reflexo de décadas de descaso em relação à saúde bucal, lamenta o parlamentar.

Para ele, esses números demonstram ser urgente o aumento de investimentos em saúde bucal. O SUS já tem capacidade de realizar procedimentos de altíssima complexidade, não sendo admissível que não tenha condições de oferecer um simples acompanhamento odontológico à população, argumenta o senador.

## Papaléo pede mais rigor contra infecção hospitalar

■ Senador sugere criação de um programa de controle para proteger pacientes hospitalizados

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) considera que o país deve combater com maior rigor as infecções hospitalares. Para isso, apresentou projeto de lei que institui o Programa de Controle de Infecções na Assistência à Saúde (Pcias), que deve ser votado em breve, em caráter terminativo, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

"Não é mais possível tolerarmos passivamente que vidas humanas sejam ceifadas diariamente em nossas instituições de saúde, enquanto sabemos que boa parte desses infortúnios poderia ser evitada por



**PREVENÇÃO** Papaléo destaca que 30% dos casos registrados em hospitais poderiam ser evitados

medidas preventivas", afirma o senador na justificação do projeto, apresentando dados de que 30% das infecções hospitalares podem ser evitadas.

Segundo Papaléo, que é médico, a infecção é a complicação mais freqüente e grave enfrentada por pacientes hospitaliza-

Fotos: Roosevelt Pinheiro

dos, aumentando, em média, de cinco a dez dias a internação e elevando custos. Além disso, é a maior causa de morte durante a hospitalização.

"As conseqüências para pacientes e serviços de saúde são catastróficas. Para um sistema de saúde já bastante combatido como o nosso, tais ocorrências são especialmente danosas", observa o senador.

O projeto determina que os estabelecimentos de saúde serão classificados de acordo com os riscos e a gravidade de infecção.

Aqueles com risco médio ou alto terão que, de acordo com a proposta, constituir uma Comissão de Controle de Infecções na Assistência à Saúde e um Serviço de Controle de Infecções na Assistência à Saúde, com pessoal treinado especificamente na área.

### Cobertura de medicamentos também para seguro privado

Os medicamentos utilizados em medicação assistida deverão ser incluídos na cobertura obrigatória dos planos e seguros privados de assistência à saúde, se for transformado em lei projeto do senador Tião Viana (PT-AC) encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para decisão terminativa. A expressão "medicação assistida" significa um medicamento, fármaco ou substância, com intenção terapêutica, cuja administração exija um profissional de saúde ou sua supervisão direta, em ambiente hospitalar, ambulatorial ou domiciliar.

Tião Viana afirma que o Brasil é um dos raros países cuja regulamentação de planos e seguros privados de assistência à saúde exclui a assistência far-

macêutica de suas coberturas. O senador acrescenta que o desembolso do setor público com a aquisição de medicamentos é da ordem de R\$ 3,5 bilhões a R\$ 4 bilhões anualmente, correspondente a cerca de 10% do total de gastos públicos com a atenção à saúde.

Tião Viana informou que o Sistema Único de Saúde é, hoje, praticamente o único comprador e dispensador de hemoterápicos, cefalosporinas e medicamentos para a Aids e as hepatites, além de ser importante comprador e fornecedor de anti-hipertensivos, insulina, medicamentos para o tratamento do câncer e outros medicamentos de uso contínuo.

– O direito dos usuários do



**IGUALDADE** Tião Viana defende os mesmos direitos para usuários do SUS e dos planos de saúde

SUS a uma atenção integral à saúde – nela incluída a assistência farmacêutica – tem sido reconhecido. Aos usuários de planos de saúde não é reconhecido esse direito – disse.

Se for aprovado na CAS, o projeto seguirá para a Câmara dos Deputados, exceto se houver recurso de pelo menos um décimo dos senadores para que a matéria seja submetida ao Plenário do Senado.



**EDUCAÇÃO** Augusto argumenta que a cidade tem vocação para formar profissionais no setor primário

### Projeto de Augusto cria escola técnica em Roraima

A Comissão de Educação (CE) deve votar ainda neste semestre, em decisão terminativa, o projeto de lei do senador Augusto Botelho (PDT-RR) que inclui o município de Boa Vista, em Roraima, na relação de escolas técnicas e agrotécnicas federais a serem criadas pela Lei 8.670, de 30 de junho de 1993. A criação da escola se dará com recursos orçamentários do Ministério da Educação.

Na justificação de sua proposta, o senador explica que a cidade busca uma articulação da educação profissional com o chamado "mundo produtivo". Segundo ele, "a educação profissional não é mais apenas a preparação do trabalhador para um posto de trabalho, mas a introdução de uma formação que favoreça sua empregabilidade e autoformação permanente".

Augusto Botelho explica ainda que "Boa Vista candidata-se a articuladora de uma política de qualificação básica e técnica para atuação no setor primário da economia, para melhorar a qualidade de vida da população".

Diz ainda o senador que a cidade tem a vocação de ser um pólo aglutinador de educação profissional, mas precisa com urgência de uma escola profissionalizante.



**INJUSTIÇA** Para Roseana, o poder, como a renda e a riqueza, é mal distribuído no Brasil

## Mais mulheres precisam atuar na política, diz Roseana

Em pronunciamento sobre a participação da mulher na política e nas decisões referentes às políticas públicas para o país, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) afirmou que, assim como a renda e a riqueza, o poder também é mal distribuído no Brasil. "Nós, mulheres, ainda lutamos pela possibilidade de influir nos destinos do país. A efetiva participação feminina na política, não tenho dúvidas, é fundamental para a maturidade da democracia brasileira."

Roseana citou levantamentos recentes segundo os quais as mulheres representam 11,6% do total de vereadores, 10,5% de todos os deputados estaduais e 6,7% dos parlamentares federais. Lembrou que apenas dois estados brasileiros são governados por mulheres: Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.

A senadora disse ter orgulho de ter sido a primeira governadora eleita e reeleita no país, e a convicção de que as mulheres que ocupam cargos eletivos servem de estímulo para ampliar o espaço feminino na política.

– Mas também tenho a dura percepção de que ainda somos de certa forma usadas como novidade, sinal de modernidade de nossos partidos. Fora dos processos eleitorais, no entanto, somos devolvidas ao reduzido espaço das minorias. Esse comportamento retrógrado e desrespeitoso tem que acabar. Chegamos aqui com votos conquistados por longos anos de trabalho em favor de nossos estados, a favor do Brasil. Esses votos exigem mais respeito, maior espaço.

Roseana defendeu a adoção de estímulos para uma maior participação da mulher nas instâncias de base dos partidos políticos.

# Suplicy quer novo nome para Ala Filinto Müller

■ Ele alega que ex-senador foi ligado à repressão política durante a Era Vargas e o regime militar

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu que o Senado reflita e reconsidere a homenagem prestada ao ex-senador Filinto Müller, que, segundo disse, teve sua trajetória relacionada à repressão política durante o Estado Novo, na Era Vargas, e o regime militar, instaurado em 1964. Suplicy é favorável ao projeto de lei do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que muda o nome da ala do Senado Federal designada Filinto Müller para Ala Nelson Carneiro.

Suplicy, que enalteceu o filme recém-lançado *Olga*, afirmou que Filinto Müller foi o principal responsável pela prisão e deportação de Olga Benário Prestes, mulher do líder comunista Luís Carlos Prestes. Judia e comunista, Olga Benário, que tinha uma filha brasileira, foi mandada para a Alemanha nazista e morta em um campo de concentração durante a 2ª Guerra Mundial.

O senador defendeu um exame criterioso do projeto de Sérgio Cabral, que muda o nome da ala para Nelson Carneiro. Senador pelo Rio de Janeiro, Carneiro foi o autor da Lei do Divórcio e notabilizou-se pela defesa dos direitos da mulher. O parecer contrário, do senador Heráclito Fortes

João Joneir/Divulgação



**HISTÓRIA** Filinto Müller, segundo Suplicy, participou da prisão de Olga Benário Prestes, retratada em filme

(PFL-PI), já foi aprovado pela Comissão Diretora e aguarda leitura em Plenário. O projeto já havia sido rejeitado também pela Comissão de Educação.

Suplicy argumenta que Filinto Müller, como chefe da polícia política de Vargas, "cometeu desmandos e atrocidades", fatos que não recomendariam que o Senado o homenageasse, "dando seu nome a uma de suas mais importantes alas", mesmo considerando que, posteriormente, foi eleito senador por Mato Grosso, chegando a presidir a Casa.

Eduardo Suplicy elogiou "a beleza e o valor artístico" do filme *Olga*, baseado em livro



Gerardo Magela

homônimo do jornalista Fernando Moraes e dirigido por Jayme Monjardim. Ele recomendou a todos os senadores que assistam ao filme antes de decidir sobre a rejeição definitiva do projeto de lei do senador Sérgio Cabral.

## Alvaro elogia lançamento de biografia do narrador esportivo Osmar Santos

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) aplaudiu o recente lançamento do livro *Osmar Santos – O Milagre da Vida*, do jornalista Paulo Mattiussi. A biografia, disse ele, resgata, para quem não conhecia, e preserva, para as gerações futuras, a história de "uma figura digna da maior admiração e do maior respeito".

– O livro relata a vida da figura ímpar do ex-narrador esportivo, que sofreu um acidente de carro em 1994 e hoje, impedido de trabalhar com a voz, se tornou artista plástico. Trata-se

de um profissional cujo talento extrapolou o chamado "limite das quatro linhas", como, no jargão da área, é definido o campo de futebol – afirmou Alvaro Dias.

Ele ressaltou que Osmar Santos saiu dos estádios para conquistar, em praça pública, "o respeito, a admiração e a simpatia" de todos os brasileiros, amantes ou não do esporte, por sua "inesquecível atuação como locutor oficial da campanha das Diretas Já", no ano de 1984.

Durante a homenagem, o

senador pelo Paraná aproveitou para fazer um "reparo histórico". Segundo observou, a campanha das Diretas Já começou com um comício realizado no centro de Curitiba, na chamada Boca Maldita, no dia 12 de janeiro.

– O monumental comício ocorrido na Praça da Sé, em São Paulo, no dia 25 de janeiro de 1984, foi o segundo – assegurou o senador Alvaro Dias, que foi o responsável pelo convite a Osmar Santos para que ele atuasse como mestre-de-cerimônias no palanque.

## Virgílio ressalta incentivo à produção de guaraná

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) cumprimentou o prefeito de Maués (AM), Sidnei Leite, pelo trabalho que vem desenvolvendo de incentivo à produção de guaraná no município. As iniciativas adotadas, na opinião do senador, devem servir de modelo ao governo federal.

Maués, informou Arthur Virgílio, é a capital do guaraná, fruto importante do Amazonas que tem grande consumo no Brasil e agora "inicia caminhada rumo ao exterior". O município é próspero, segundo o senador, especialmente devido à produção do guaraná, fortemente estimulada pelas linhas de crédito instituídas pela prefeitura.

Sidnei Leite criou o Banco do Povo de Maués, que já concedeu financiamento a 503 pequenos e microempresários dos 615 cadastrados pelo estabelecimento. Os empréstimos são viabilizados por meio de parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas (Sebrae) e com apoio do Banco do Brasil (BB) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

– A despeito do caráter social do Banco do Povo de Maués, suas operações baseiam-se em linhas de rigor técnico. A taxa de inadimplência do banco é de pouco mais de 3% – relatou o senador.

Arthur Virgílio informou que toda a produção de guaraná do município é adquirida pela Companhia de Bebida das Américas (Ambev), que, inclusive, mantém plantações próprias na região.



Roosevelt Pinheiro

**BENEFÍCIO** Segundo Arthur Virgílio, apoio do prefeito de Maués tem garantido recursos aos produtores



**GARANTIA** Valadares explica que objetivo do seu projeto é assegurar um julgamento imparcial

## Valadares quer submeter multa de trânsito a juizado especial

Disposto a combater a chamada "indústria da multa", o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei (PLS 148/04) para incluir entre as competências dos juizados especiais cíveis o julgamento de causas relativas a multas de trânsito. A matéria será examinada em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Em defesa da proposição, Valadares lembra que, hoje, algumas infrações penais de trânsito já vêm sendo processadas e julgadas pelos juizados especiais penais. Ele explica que não é contra a punição de motoristas imprudentes, mas que contesta a "furiosa multiplicação das multas de trânsito" alimentada pelo uso de radares operados por empresas que teriam interesse em maximizar lucros.

– Uma revisão justa e imparcial de uma decisão administrativa é o que assegura que a instância revisora seja distinta daquela que proferiu a decisão impugnada, para que haja um mínimo de isenção dos membros da instância, bem como para que seja possibilitada uma efetiva nova leitura da questão posta em apreciação.

# Antero defende poder de investigação do MP

■ Senador anuncia que pretende apresentar emenda consolidando essa prerrogativa da instituição

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) defendeu a manutenção do poder de investigação do Ministério Público (MP), que é objeto de ação no Supremo Tribunal Federal (STF). Antero afirmou que está solicitando a integrantes do MP minuta de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para consolidar esse poder investigatório e pediu que o Congresso se mobilize para aprovar a emenda.

– O Ministério Público deve continuar investigando, o que não significa retirar o poder de investigação da Polícia Federal. Deve investigar junto com a Polícia Federal – salientou o



**RELEVO** Antero destaca a importância do Ministério Público para o país

parlamentar.

Antero disse ainda que quer discutir o assunto com o presidente do STF, ministro Nelson Jobim.

– O ministro Nelson Jobim é uma pessoa na qual sempre me baseei para votar os assuntos do Judiciário. É um dos grandes

homens públicos do país.

O senador ressaltou a importância do Ministério Público na realização de investigações, comentando especificamente as recentes denúncias contra o presidente do Banco do Brasil, Cássio Casseb, e a atuação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, no episódio.

– O ministro da Justiça é o comandante da Polícia Federal. O dever dele é investigar seja quem for. Mas ele se antecipa e diz que não há nada contra o Casseb. Ele não é juiz. Já foi advogado criminalista, mas no momento é o ministro da Justiça do Brasil e não pode apresentar uma conclusão. Tem que mandar investigar. Imagina se for retirado o poder de investigação do Ministério Público. Será um prêmio para a impunidade – alertou.

## Decisão do Supremo pode sair este mês

Desde abril do ano passado tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) um processo que pode acabar com a prerrogativa do Ministério Público (MP) de realizar investigações criminais. O caso se refere a uma ação que tem como réu o deputado federal Remi Trinta (PL-MA), acusado por procuradores de fraudar o Sistema Único de Saúde (SUS). O parlamentar questiona no STF o poder dos procuradores em realizar a investigação, que pela lei brasileira seria de responsabilidade das polícias.

A decisão do STF sobre o processo deverá criar jurisprudência, atingindo assim outras



**AÇÃO** Ministro Joaquim Barbosa pediu vista do processo sobre papel das procuradorias

investigações conduzidas por membros do Ministério Público. O temor é que, caso os ministros decidam contra o poder

investigatório do MP, todos os inquéritos conduzidos por procuradores, sem a participação da polícia, sejam anulados.

Em outubro do ano passado os 11 ministros do Supremo Tribunal Federal começaram a analisar o processo de Remi Trinta. Dois deles (Marco Aurélio e Nelson Jobim) votaram a favor do deputado. O ministro Joaquim Barbosa pediu vista, e a votação foi interrompida. Há dois meses ela deveria ter continuado, mas uma articulação do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, acabou adiando a decisão do STF. A previsão é que a votação seja retomada este mês.



**MUDANÇA** Demostenes Torres sugere a extinção dos procedimentos especial e sumário

## Demostenes propõe mais rigor para crime de servidores

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que revoga sete artigos do Código de Processo Penal para extinguir os procedimentos especiais relativos aos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, de calúnia e injúria e contra a propriedade imaterial, além do procedimento sumário.

O projeto (PLS 116/04) tramita na CCJ em decisão terminativa, o que significa que cabe à comissão a decisão final sobre a matéria, a não ser que pelo menos nove senadores solicitem sua votação em Plenário.

### Recursos

Demostenes observa que a diversidade de procedimentos beneficia exclusivamente os criminosos. Segundo ele, "questiúnculas de natureza formal proporcionam intermináveis recursos, que culminam com a impunidade através da extinção da punibilidade pela prescrição".

O senador diz não haver razão lógica "para que se estipule um procedimento diferenciado e burocrático, distante da rotina policial e judicial, para a apuração e julgamento de uma classe específica de crime".

## Simon sugere punição para não pagamento de precatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pode votar nos próximos dias, em decisão terminativa, projeto de lei (PLS 129/04) do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que torna ato de improbidade administrativa deixar de incluir no orçamento das entidades de direito público o dinheiro

necessário ao pagamento de precatórios judiciais. Também constituiria improbidade administrativa deixar de pagar o precatório até o fim do exercício seguinte ao da apresentação ou retardar a sua liquidação.

O precatório judicial é a sentença transitada em julgado que obriga o poder público ao

pagamento de determinada quantia, a título de indenização, ao autor da ação judicial. Para essa finalidade, o projeto de Simon acrescenta incisos ao artigo 11 da Lei da Improbidade Administrativa (8.429/92).

O senador atendeu a sugestões da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB),

que iniciou campanha pela efetividade da Justiça. Um dos mais comuns desrespeitos a decisões judiciais, disse Simon, é o não-pagamento dos precatórios judiciais. Se o projeto for aprovado pela CCJ, vai direto à Câmara, caso não seja apresentado requerimento para votação pelo Plenário.



**RIGOR** Proposta de Pedro Simon amplia os casos de improbidade administrativa